



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma		
<b>LEI ORDINÁRIA Nº 5811/2010</b>		
Ementa		
<b>DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE ÁREA INSTITUCIONAL PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, EM FAVOR DO CONDOMINIO JARDIM VILLA ROMANA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b>		
Data da Norma	Data de Publicação	Veículo de Publicação
<b>17/11/2010</b>		



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

**SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

**LEI N.º 5.811 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.**

Aut. Nº	122/10
P.L. Nº	132/10
Publ.:	19/11/10

***“Dispõe sobre a concessão administrativa de uso de área institucional pertencente ao Patrimônio Público Municipal, em favor do ‘Condomínio Jardim Villa Romana’, e dá outras providências”.***

**ANTONIO CARLOS PINHEIRO**, Prefeito em Exercício do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante contrato, outorgar em favor do ‘**Condomínio Jardim Villa Romana**’, com sede na Rua Kikuo Imanishi, nº 75, Bairro Chácaras Areal, Indaiatuba/SP, inscrito no CNPJ nº 05.083.047/0001-80, a concessão administrativa de uso da seguinte área pertencente ao patrimônio público municipal, a saber: “*área institucional 01B, do loteamento denominado Vila Romana, que mede 50,31 m de frente para a rua 04; 61,70m de um lado confrontando com o lote 19 da quadra J e a área institucional 1A; 11,62m do outro lado confrontando com a rua 05; 64,32m nos fundos confrontando com a Rua Kikuo Imanishi; medindo ainda 14,14m em curva de concordância na confluência das ruas 04 e 05 e 9,22m em curva de concordância na confluência das ruas 05 e Kikuo Imanishi, totalizando área de 2.569,77 m<sup>2</sup>”, constante na matrícula nº 67.043, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Indaiatuba.*

**Parágrafo único** – A outorga da concessão administrativa de uso fica condicionada a comprovação, pelo concessionário, do seguinte:

I – personalidade jurídica, bem como o respectivo estatuto devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas;

II – regularidade fiscal;

III – ata de eleição da atual Diretoria e do Conselho Fiscal;

IV – inscrição cadastral junto a Prefeitura Municipal de Indaiatuba; e



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

**SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

**V** – inexistência de débito perante o Município, na forma do art. 101 da Lei nº 1.284, de 20 de dezembro de 1973, que instituiu o Código Tributário do Município.

**Art. 2º** - A concessão administrativa de uso de que trata esta lei destinar-se-á conservação e manutenção da área pública, na forma do § 2º do art. 129 da Lei Orgânica do Município de Indaiatuba.

**Art. 3º** - A concessão administrativa de uso da área pública descrita no artigo 1º desta Lei vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, desde que presentes os critérios de necessidade, e o interesse público exigir.

**Art. 4º** - O concessionário ficará obrigado a, no uso da área a que se refere o artigo 1º desta lei:

**I** - mantê-la limpa e conservada;

**II** - destiná-la exclusivamente à prática de atividades institucionais e recreativas promovidas pela entidade;

**III** - não realizar qualquer edificação na área, sem prévia e expressa aprovação do Poder Executivo;

**IV** - permitir o livre acesso da população na área descrita no artigo 1º desta lei, em qualquer evento ou atividade, observado o regulamento específico quanto aos critérios para o uso e funcionamento, a ser submetido à expressa aprovação do Poder Executivo; e

**V** - observar a legislação municipal de controle da poluição sonora na realização de suas atividades.

**VI**- a área objeto da presente concessão administrativa não poderá, em qualquer hipótese, ter sua destinação, fim e objetivos estabelecidos alterados, na forma do disposto na legislação vigente.

**Art. 5º** - A concessão administrativa de uso de que trata esta lei ficará automaticamente revogada, sujeitando-se o concessionário à devolução da posse do imóvel com as benfeitorias nele construídas, sem direito a qualquer retenção ou indenização, nos casos de:

**I** - não cumprimento das obrigações previstas no artigo 4º;

**II** - extinção do concessionário;



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

**SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

**III - abandono da área;**

**IV - locação ou cessão a terceiros, total ou parcialmente, sem prévia e expressa anuência e concordância do Poder Executivo; ou**

**V - Uso do imóvel mediante discriminação de sexo, raça, trabalho, credo religioso ou convicção política;**

**Art. 6º - Durante a vigência da concessão administrativa de uso de que trata esta lei, não incidirá quaisquer tributos sobre o imóvel descrito no artigo 1º desta lei ou sobre as edificações que porventura venham a ser autorizadas e aprovadas pelo Poder Público Municipal.**

**Parágrafo único – Caberá ao concessionário o pagamento das tarifas e ou preços públicos decorrentes do consumo de energia elétrica, bem como pela utilização de água e esgotos.**

**Art. 7º - Fica dispensada a realização de concorrência pública para a concessão administrativa de uso de que trata esta lei, na forma do § 1º do art. 129 da Lei Orgânica do Município de Indaiatuba.**

**Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Prefeitura do Município de Indaiatuba, aos 17 de novembro de 2010.**

  
**ANTONIO CARLOS RINHEIRO**  
**Prefeito em Exercício**